

29 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ manda juiz receber ação contra Barbosa

Loriane Comeli
Reportagem Local

Ao julgar recurso do Ministério Público (MP), a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná reverteu sentença da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina que havia negado o recebimento de ação por improbidade administrativa movida contra o ex-prefeito Barbosa Neto (PDT) e a servidora da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) Cristiane Hasegawa, por suposto acúmulo indevido de cargos públicos. Nomeada pelo então prefeito, ela era assessora de gabinete e, ao mesmo tempo, ocupava o cargo do membro de Conselho de Administração da Sercomtel, sendo remunerada pelas duas funções.

Em outubro de 2012, o juiz Marcos José Vieira rejeitou a ação citando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1996 que não considerava acúmulo irregular o exercício simultâneo de cargo em comissão com a função de conselheiro especialmente em empresa pública de direito privado, como a Sercomtel.

Porém, para a relatora Maria Aparecida Blanco de Lima, a jurisprudência citada pelo magistrado não se aplica mais em razão da emenda constitucional 19/98, a qual determina que “a vedação

(de acúmulo de cargos) atinge qualquer pessoa jurídica que seja controlada pelo Poder Público, pouco importando sua natureza jurídica, abrangendo, inclusive, empregos e funções desempenhadas em sociedades de economia mista”.

Também em recurso ao TJ, Cristiane Hasegawa pediu a condenação do MP ao pagamento de custas processuais porque, segundo ele, teria ajuizado a ação por improbidade como “meio de intimidar administrados e com o claro propósito de perseguição política”, tese totalmente afastada pela relatora.

A reportagem deixou recado ao advogado de Cristiane, Luís Fernando Hasegawa, mas não obteve retorno. A advogada do ex-prefeito, Andreza Barbosa, disse que ainda não havia sido intimada da decisão, publicada ontem no site do TJ.

Terça-feira, 29 de abril de 2014

FOLHA Cidadania

Ex-prefeito é alvo de nova ação por improbidade

Ricardo Chicarelli/07-10-2012

O ex-prefeito de Londrina **Barbosa Neto (PDT)** responde à nona ação civil pública por **improbidade administrativa** devido a irregularidades praticadas durante seu mandato, entre maio de 2009 e julho de 2012. A acusação – em processo que começou a tramitar neste mês na 2ª Vara da Fazenda Pública – é de dispensa indevida de licitação para a contratação de serviço de limpeza dos prédios da Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões (Caapsml) e da Fundação de Esportes (FEL). Os então presidentes das autarquias, Dênio Balarotti e Paulo Roberto de Oliveira, são os outros dois réus.

A empresa contratada sem licitação foi a Proguarda que, ao lado de Barbosa e ex-secretários municipais, já figura como ré em uma ação por improbidade e uma ação criminal. A denúncia se refere a aditivo contratual de cerca de R\$ 1 milhão (em contrato para limpeza de outros prédios do município) concedido indevidamente, mesmo com pareceres contrários de servidores do setor de licitações.

A Proguarda foi contrata-



da ainda no primeiro ano do governo de Barbosa, por três meses, de forma emergencial ao custo de R\$ 740 mil mensais. O contrato foi aditivado e prosseguiu por mais alguns meses, com o argumento de que uma licitação estava em andamento. A justificativa para a demora e a consequente dispensa era a “necessidade de alterar a forma de cálculo para o pagamento, passando de postos de serviços para metragem de área a ser limpa”. Porém, quando o edital foi lançado, a medição continuava a ser “por postos de serviço”.

Isso, segundo a ação, assinada pela promotora de Justiça Sandra Regina Koch, de Defesa do Patrimônio Público, “demonstra de forma cristalina que os réus omitiram-se em não instaurar o regular procedimento licitatório”. Segundo ela, eles “fabricaram” uma situação emergencial “que foi usada para a contratação direta”. A promotora requer a suspensão de direitos políticos do réu, multa civil e outras penas previstas na Lei de Improbidade, mas não há pedido de ressarcimento ao erário.

📌 O ex-prefeito, que foi cassado pela Câmara e está com os direitos políticos suspensos por oito anos, responde a outras oito ações por improbidade e três processos criminais

📌 É o ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública, cometido por agente público, baseado em desonestidade e deslealdade

FOLHA Política

29 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Imputar menores de idade não é solução para criminalidade

Rodrigo Faucz

Recentemente os jornais divulgaram a notícia de um bebê de nove meses acusado de tentativa de homicídio. Uma foto mostra o infante no colo do avô colocando a impressão digital num documento perante a autoridade policial. O advogado do bebê afirmou que ele será absolvido, tendo em vista que a maioria penal no país é de 7 anos.

Isto ocorreu no Paquistão. No Brasil, situações similares não ocorreriam. Aqui o bom-senso prevalece no sistema penal. Será? Como explicar a incessante elaboração de leis com o escopo de criar novos crimes e aumentar penas?

O encrudescimento da lei penal possui um fundamento: o medo. É inegável que a violência alarma a população, que a sociedade se sente insegura e que todos estão desesperados por uma solução para a criminalidade.

O problema reside na solução da crescente delinquência, pois a insegurança abre uma perigosa lacuna para os discursos populistas que prometem acabar com o pavor generalizado.

Há anos nos deparamos com a execução de políticas que "combatem" a criminalidade com a criminalização, respondendo à indignação causada por crimes midiáticos com penas maiores, e clamando pela diminuição da maioria penal cada vez que um adolescente comete um crime hediondo.

Questiono: essa política vem obtendo êxito? O aumento das penas ou a criação de novos crimes evita que outros, da mesma espécie, sejam cometidos? A repressão penal diminui a criminalidade?

Precisa-se investigar as raízes da delinquência: por que se cometem crimes?, quais os motivos de termos tantos presos?

O sistema penitenciário atesta uma realidade perversa no que se refere à seletividade social dos presos. Mais de 80% cumprem pena por crimes patrimoniais ou associados a drogas - crimes relacionados às classes baixas. Destaque-se o fato de que mais de 60% sequer possuem Ensino Fundamental completo.

É clarividente que a pobreza, a ausência de recursos e a péssima distribuição de renda possuem

papel significativo. Não se trata de uma crítica vazia, mas da observação da realidade e de índices.

A diminuição da criminalidade passa obrigatoriamente pelo implemento de uma política criminal focada não diretamente no sistema penal, mas em políticas consistentes de moradia, educação, alimentação, trabalho, saúde, cultura, lazer. Ou seja, tudo aquilo que apenas as classes economicamente favorecidas têm acesso.

O aumento de penas e de crimes é extemporâneo, uma vez que deveriam haver condições mínimas de igualdade a todos; oportunidades iguais; condições materiais e imateriais para uma vida digna.

A discussão da redução da maioria penal segue a mesma lógica. Além de condições materiais, as crianças e adolescentes deveriam ter famílias estruturadas que os tratassem com respeito, carinho e educação (de valores e escolaridade). Não é coerente cobrar uma responsabilização penal plena, nem exigir comportamentos dóceis, de quem é e sempre foi marginalizado.

Deve-se conter esse frenesi autodestrutivo de criminalização e ponderar sobre as perguntas que importam para a vida em sociedade: Por que a maioria da população carcerária é composta por pessoas pobres? Qual é a lógica e a ética que levam as pessoas a acreditarem que a punição tem priori-

dade sobre a pacificação? É justo que minorias acumulem a maior parte da renda, enquanto a maioria não possui acesso a bens mínimos? Será que tal distribuição de renda não traz reflexos nefastos à coletividade?

A ampliação do encarceramento cria um problema social e bloqueia a possibilidade de uma sociedade integrada que busca o desenvolvimento.

Precisa-se perceber que enquanto o foco for o "pós-crime", ou seja, o aumento da repressão penal e de encarcerados, pode-se prender bebês de alta periculosidade, mas isso não irá impedir que os mesmos crimes continuem a ocorrer ou aumentar o sentimento de segurança.

Enquanto o foco for o "pós-crime", ou seja, o aumento da repressão penal e de encarcerados, isso não irá impedir que os mesmos crimes continuem a ocorrer

RODRIGO FAUCZ é professor de Direito Penal da UniBrasil em Curitiba

29 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA
CASO LAVA JATO

Ex-diretor da Petrobras é transferido para a PEP II

Outras 13 pessoas permanecem
na carceragem da PF em Curitiba;
defesa de Paulo Roberto Costa
volta a falar sobre ameaças

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que já se tornou réu em ação penal sob acusação de desvio de recursos públicos na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, foi transferido ontem para a Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP II), na Região Metropolitana de Curitiba. Costa está em uma galeria da unidade destinada a presos com ensino superior, em uma cela isolada.

Ele é o único dos presos na Operação Lava Jato que teve a transferência já apreciada pela Justiça Federal. Outras 13 pessoas continuam presas na carceragem da Polícia Federal (PF) em Curitiba, entre elas os doleiros Alberto Youssef, Raul Henrique Srouf, Carlos Habib Chater e Nelma Kodama. A transferência de Costa foi au-

torizada na última sexta-feira, depois de ter sido noticiado que ele estaria sofrendo ameaças na carceragem. Antes de deixar a PF, o ex-diretor da Petrobras prestou depoimento sobre as denúncias de ameaça que estaria sofrendo. A PF informou que abriu dois procedimentos para apurar os fatos relatados pelo preso, um administrativo e outro criminal.

O advogado do acusado, Fernando Fernandes, afirmou em nota que entrou com uma petição na Justiça para que o juiz federal Sérgio Moro determine a identificação do agente da PF que teria ameaçado seu cliente. A petição também solicita a transferência de Costa para o Rio de Janeiro. "É onde ele tem domicílio e família", afirmou em nota. A defesa ainda pediu junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a aplicação de medidas alternativas à prisão preventiva de Costa.

OSWALDO MILITÃO

●● Há 83 milhões de processos escritos em papel, no Tribunal de Justiça de São Paulo, que não sabem o que fazer com eles. O TJ paulista gasta R\$ 80 milhões por ano para guardá-los.

29 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Os tentáculos de Youssef

A medida que avançam as investigações da Polícia Federal vinculadas à Operação Lava Jato vai se descobrindo a extensão do esquema montado pelo doleiro londrinense Alberto Youssef para desviar dinheiro público. Com grande influência e poder de persuasão entre políticos e detentores de cargos públicos, os ramos de atuação de Youssef foram ampliados e, pode-se afirmar, atingiram níveis inimagináveis para os cidadãos comuns.

A relação do doleiro com as autoridades não é nova. Conforme já mostrou a FOLHA, ele esteve envolvido em dois grandes escândalos regionais no início dos anos 90: AMA/Comurb, em Londrina, que culminou na cassação do prefeito Antônio Belinati e em desvios de recursos da Prefeitura de Maringá, cuja investigação também culminou na perda de mandato do então prefeito Jairo Giannotto. Em seguida, foi envolvido em outras duas grandes investigações: esquema de lavagem de dinheiro do antigo Banestado e em fraudes contra a Copel. As acusações contra ele vão desde formação de quadrilha, passando por falsificação de documento público, falsidade ideológica até chegar à lavagem de dinheiro. Chegou a ser preso algumas vezes mas foi beneficiado pela delação premiada.

Esses processos não “andaram” e também não intimidaram o doleiro, que continuou com suas operações ilegais. Agora, descobre-se que os seus “tentáculos” atingem até mesmo a Petrobras e os Correios. Por meio de empresas fantasmas ou sob a sua influência foram firmados vários contratos, cujo serviço ou entrega de produtos não ocorriam ou eram entregues a preços superfaturados. Hoje, a

FOLHA veicula matéria em que Youssef é suspeito de ter participado de suposto superfaturamento nas obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba). As investigações seguem em caráter sigiloso.

A partir de investigações como essas, pode-se também começar a entender por que a Petrobras tem registrado sucessivos prejuízos. A estatal tem monopólio na produção, refino e distribuição de combustíveis e tem operado no vermelho. A partir da divulgação de contas bilionárias de refinarias deficitárias, de superfaturamento em obras e em outras operações começam os esclarecimentos. Além desse megaesquema que vem à tona, pode-se supor que há muitos outros. É importante, que a opinião pública cobre mais procedimentos como esses e que a punição ocorra, mais rapidamente. Não se pode continuar a esperar décadas com pilhas de processos parados. O momento exige moralização.

29 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO Juiz manda transferir ex-diretor da estatal para outra prisão

A pedido de sua defesa, Paulo Roberto Costa deixa a PF e vai para cela especial de penitenciária perto de Curitiba

Antonio Pita / RIO

O ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, preso durante a operação Lava Jato, foi transferido ontem da sede da Polícia Federal em Curitiba para a Penitenciária Estadual de Piraquara, na região metropolitana da capital paranaense. Ele é acusado de desvio de recursos e lavagem de dinheiro, em associação com o doleiro Alberto Youssef, que permanece preso em Curitiba.

Segundo o Ministério Público, Costa agiu com o doleiro, quando ainda trabalhava na Petrobrás, em esquemas de desvio de verba em contratos de construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Costa está desde ontem sozinho em uma cela especial, destinada a presos com nível de instrução superior. A transferência se seguiu a denúncias feitas por ele no fim de semana, segundo

as quais estaria sofrendo ameaças de policiais federais.

Amudança de cadeia foi determinada pelo juiz Sérgio Fernando Moro, na sexta-feira passada, sob a justificativa de que a sede da PF onde ele estava detido seria “inadequada para o recolhimento de presos por longo período”. O juiz disse ainda no despacho que “as circunstâncias recomendam, para segurança dele, que fique separado de presos comuns”.

Segundo o advogado Fernando Fernandes, Costa denunciou na carta da sexta-feira que estaria “correndo risco de vida” e sendo impedido de tomar banho de sol. Fernandes afirmou ainda que as decisões judiciais estão “descumprindo as garantias básicas do cliente”.

Nova queixa. Segundo o advogado de Costa, o ex-diretor informou que está sofrendo novas ameaças de policiais federais. A PF informou que um procedimento administrativo estava sendo instaurado para investigar as denúncias. “Apresentamos as novas denúncias, o preso não pode ser tratado como objeto do juiz”, disse Fernandes.

29 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Ministros do STF e

procurador reagem

à crítica de Lula

Para Joaquim Barbosa, declaração de ex-presidente sobre mensalão desqualifica a Corte; Janot diz que réus tiveram amplo direito de defesa

Mariângela Galucci / BRASÍLIA
Roberta Pennafort / RIO

Ministros do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reagiram ontem à declaração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que afirmou que o julgamento do mensalão teve “80% de decisão política e 20% de decisão jurídica”. Para integrantes do Supremo que participaram do julgamento, as condenações dos envolvidos foram técnicas e baseadas estritamente em provas.

A declaração de Lula foi dada em entrevista à Rádio e Televisão de Portugal (RTP), exibida na noite de sábado.

A reação mais contundente partiu do presidente do STF, Joaquim Barbosa, que foi o relator do processo na Corte. Barbosa, em nota, repudiou as críticas do ex-presidente. “Lamento profundamente que um ex-presidente da República tenha escolhido um órgão da imprensa estrangeira para questionar a lisura do trabalho realizado pelos membros da mais alta Corte de Justiça do País. A desqualificação do Supremo Tribunal Federal, pilar essencial da democracia brasileira, é um fato grave que merece o mais veemente repúdio. Essa iniciativa emite

um sinal de desesperança para o cidadão comum.”

O presidente do Supremo disse que a tramitação do processo foi “absolutamente transparente” e observou que as cerca de 60 sessões consumidas com o julgamento foram públicas, com transmissão ao vivo pela TV Justiça. “Os advogados dos réus acompanharam, desde o primeiro dia, todos os passos do andamento do processo e puderam requerer todas as diligências e provas indispensáveis ao exercício do direito de defesa.”

“Portanto, o juízo de valor emitido pelo ex-chefe de Estado não encontra qualquer respaldo na realidade.”

O ministro Marco Aurélio Mello foi irônico: “Não sei qual

foi o instrumento utilizado pelo presidente para encontrar essas porcentagens. Mas ele nos deu um crédito, de 20%. Quase uma gorjeta”, disse o ministro, para quem Lula é “um homem, acima de tudo, político”. “Ele personifica o PT. Estamos em ano destinado a eleições. Temos de relevar isso.”

Em entrevista à Rádio Jovem Pan, o ministro Gilmar Mendes lembrou que Lula chegou a pedir desculpas aos brasileiros por causa do mensalão. “Agora, inclusive, nós temos esta conta, que também é muito singular. Julgamento político em 80%, 20% jurídico. Como ele não é da área jurídica, talvez também ele esteja adotando um outro critério.”

Reações

Joaquim Barbosa Presidente do STF

“A desqualificação do Supremo, pilar essencial da democracia brasileiro, é um fato grave que merece o mais veemente repúdio”

Marco Aurélio Mello Ministro do STF

“Ele nos deu um crédito de 20%. Quase uma gorjeta”

Direito de defesa. No Rio, Rodrigo Janot também comentou a declaração de Lula. A Procuradoria-Geral da República foi responsável pela acusação no processo do mensalão. Para o chefe do MPF, durante a tramitação da ação penal, o direito de defesa dos réus não foi prejudicado. “Ele (Lula) tem todo o direito de falar, todo brasileiro tem. Graças a Deus, a gente vive num país democrático”, afirmou. “Foi uma ação penal que se desenvolveu perante o mais alto tribunal do País, que chegou ao seu final garantida a ampla defesa e o contraditório.”

29 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Lavando dinheiro público

Uma amostra, apenas uma amostra, do que se faz com o dinheiro do contribuinte no Brasil – quando os que deviam zelar por ele estão olhando para o outro lado ou fingem manter os olhos bem fechados enquanto as lambanças correm soltas no seu campo de visão – está no relatório da Polícia Federal (PF) sobre a evasão de divisas em escala industrial para a qual foi usado o Laboratório Labogen. Trata-se de uma das tantas firmas de fachada abertas pelo megadoleiro Alberto Youssef para que pudesse aprimorar o exercício de sua especialidade. O seu nome veio a público pela primeira vez no curso da CPI do Banestado que, entre 2002 e 2004, apurou a remessa ilegal de cerca de R\$ 30 bilhões para o exterior pelo clássico método do dólar cabo, a transferência virtual de valores.

Antes de ser preso e indiciado – assim como o seu colaborador próximo Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás –, Youssef havia modernizado a sua atividade. A quebra do sigilo bancário e fiscal do Labogen, no âmbito da Operação Lava Jato, da PF, evidenciou que, entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013, a firma assinou 1.945 contratos de câmbio em nome de duas coligadas, que também levam o seu nome, para importações fictícias de medicamentos. Com isso, Youssef pôde transferir para seus cúmplices em Hong Kong e Taiwan US\$ 113,3 milhões. Pelas contas da Procuradoria-Geral da República, foi mais. No mesmo período, as contas de três outras empresas – Hmar Consultoria em Informática, GFD Investimentos e Piroquímica Comercial – foram usadas por Youssef para despachar recursos obtidos de negócios superfaturados com órgãos públicos. Graças a 991 contratos mutretados de câmbio, desovaram no estrangeiro outros US\$ 71 milhões.

A rede de lavanderias de Youssef terá movimentado ao todo R\$ 10 bilhões, informou a Polícia Federal

quando ele foi preso, em 17 de março último. Na semana passada, o doleiro foi acusado formalmente de ter usado o Labogen e similares de fachada para tirar clandestinamente do País US\$ 444,7 milhões. Essa informação foi até certo ponto ofuscada pela divulgação de mensagens monitoradas pela PF entre ele e o deputado André Vargas, eleito pelo PT paranaense. Na mais bombástica do lote, de novembro de 2013, o parlamentar escreveu ao cambista que o então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pré-candidato ao governo paulista, sugeriu o nome de um executivo para trabalhar no Labogen. O indicado, Marcus Cezar Ferreira da Silva, tinha sido nomeado em 2011 coordenador de promoção e eventos da pasta. Padilha negou ter parte com a história e anunciou que interpellará o deputado na Justiça. Ele, por sua vez, foi pressionado a sair do PT.

Só que Marcus Cezar está de fato no Labogen desde o ano passado, informa a *Folha de S. Paulo*. Ganha R\$ 25 mil mensais para fazer lobby. Para a PF, o operador e testa de ferro da firma é o administrador Leonardo Meirelles. O relatório policial equipara a atuação do laboratório-lavanderia a uma “ferramenta para sangria dos cofres públicos”. A Procuradoria é mais específica. Atribui a Youssef e ao ex-petroleiro Paulo Roberto Costa a prática de lavagem de dinheiro ilícito arrecadado mediante esquemas de corrupção e peculato (apropriação de recursos por funcionário da administração direta ou indireta). A cena do crime seriam as obras da inacabada Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, de cujas contas superfaturadas Costa teria extraído R\$ 7,95 milhões em propinas. A instalação tinha sido orçada em US\$ 2,3 bilhões. Não sairá por menos de US\$ 20 bilhões.

“Caracterizada pela divisão formal de tarefas”, afirma a Procuradoria, o Labogen tinha por objetivo “obter, direta ou indiretamente, vantagem indevida derivada dos crimes de pecula-

to, corrupção ativa e corrupção passiva e lavagem de dinheiro em detrimento da Petrobrás”. Nessa e em outras áreas, *wheeler-dealers* como Youssef e seus indispensáveis parceiros no Executivo, no Congresso e nas estatais fazem parte das tantas engrenagens responsáveis pelo crescimento criminoso do custo e da eternização das obras públicas no País. Sem falar na sonegação de tributos por negociantes inescrupulosos. Ao Estado resta pouco mais do que correr atrás do prejuízo.

29 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Governo do PR aciona ministro do STF para obter empréstimo

Procuradoria pediu para Luís Roberto Barroso fazer valer liminar que suspendeu restrições ao estado. Secretaria do Tesouro Nacional impôs mais um obstáculo

Guilherme Voitch

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) encaminhou ontem uma petição ao ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), requerendo o cumprimento da liminar concedida pelo próprio magistrado no dia 10 de abril. A liminar suspendia as restrições financeiras do Paraná junto à União, decorrentes do descumprimento do investimento de 12% do orçamento em Saúde no ano de 2013. A ordem de Barroso abriria as portas para que o Paraná obtivesse a liberação de um empréstimo de R\$ 817 milhões junto ao Banco do Brasil (BB).

Na quarta-feira passada, 13 dias depois da liminar de Barroso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

adicionou mais uma etapa ao processo de liberação do recurso. Nota assinada por quatro procuradores do Tesouro analisa a decisão de Barroso e determina que ocorra apreciação da Advocacia-Geral da União (AGU) antes da efetiva liberação dos recursos. A Procuradoria da Fazenda levanta dúvidas sobre o alcance da decisão do ministro. "O objeto da ação é a suspensão das restrições no Cauc (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias) e no Siafi (Sistema Integrado da Administração Financeira)... Em momento algum se discutiu o mérito da aplicação mínima em saúde."

Para a PGE, no entanto, não há dúvida sobre o entendimento da liminar e a Procuradoria do Tesouro Nacional descumpra a ordem judicial. "Se o óbice à concessão da garantia era a alegada falta de aplicação de 12% em saúde e tal restrição foi expressamente afastada pela liminar deferida nesta cautelar, é inegável que o verdadeiro intuito da União consiste em criar, diuturnamente, óbices ao cumprimento de decisões dessa Suprema Corte", diz o texto encaminhado ao ministro.

A petição solicita que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a quem a Secretaria

do Tesouro Nacional está subordinada, seja intimado pessoalmente sobre o caráter de liminar. Também é sugerido o aumento da multa de R\$ 100 mil por dia para R\$ 500 mil em caso de descumprimento.

"A ideia é alertar o ministro para o fato de que a decisão dele está sendo descumprida", diz Sérgio Botto de Lacerda, um dos procuradores que assinam a petição da PGE.

Proinveste

O empréstimo do Banco do Brasil está inserido no Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste). Lançado pelo governo federal em julho de 2012, o Proinveste ofereceu um total de R\$ 20 bilhões em financiamentos, como medida de combate à crise financeira internacional. De todos os estados, só o Paraná ainda não teve acesso à sua fatia. O plano é destinar os recursos para obras em estradas (R\$ 430,6 milhões), segurança pública (R\$ 186,4 milhões) e para a capitalização do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (R\$ 200 milhões).

CONTINUA

29 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SEM AÇÃO

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) desistiu de ajuizar ação para estender a validade da liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Mello, em relação ao empréstimo de R\$ 817 milhões do Proinveste, para outras operações de crédito. Mello determinou à Secretaria do Tesouro Nacional que acatasse a aferição dos gastos com pessoal do governo do Paraná para liberar o empréstimo. A ideia era pedir que a decisão valesse para outras quatro operações que estão travadas. Segundo a assessoria da PGE, o governo vai tentar uma solução administrativa.

29 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Barbosa repudia declaração de Lula sobre mensalão

Em Portugal, ex-presidente disse que o julgamento que resultou na condenação de petistas foi “80% político e 20% jurídico” e afirmou que a história será “reescrita”

BRASÍLIA

Das agências

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reagiram duramente ontem à declaração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o julgamento do mensalão. Em entrevista à Rádio e Televisão Portuguesa exibida no fim de semana, Lula disse que a condenação de ex-dirigentes do PT foi resultado de “80% de decisão política e 20%, jurídica”. Ele afirmou ainda que a história do mensalão será “reescrita”.

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, repudiou as críticas com a veemência. “Lamento profundamente que um ex-presidente da República tenha escolhido um órgão da imprensa estrangeira para questionar a lisura do trabalho realizado pelos membros da mais alta corte do país”, afirmou. “A desqualificação

do Supremo Tribunal Federal, pilar essencial da democracia brasileira, é um fato grave que merece o mais veemente repúdio.”

Condenações técnicas

Para outros ministros do STF que participaram do julgamento, as condenações foram técnicas. “O dia que em pensarmos que o STF decide a partir de enfoque político, estaremos muito mal”, afirmou o ministro Marco Aurélio Mello. “Não sei qual foi o instrumento utilizado pelo presidente para encontrar essas porcentagens. Mas ele nos deu um crédito, de 20%. Quase uma gorjeta”.

O ministro Gilmar Mendes disse que a declaração foi “engraçada” e lembrou que Lula chegou a pedir desculpas aos brasileiros por causa do mensalão. “Agora, inclusive, nós temos esta conta, que também é muito singular. Julgamento político em 80%, 20% jurídico. Como ele não é da área jurídica, talvez também ele esteja adotando um outro critério”, disse. “Está tudo muito engraçado”.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ressaltou que os réus tiveram amplo direito à defesa, o que descartaria um “julgamento político”. “Ele [Lula] tem todo o direito de falar, todo brasileiro tem. Foi uma ação penal que se desenvolveu perante o mais alto tribunal do país, que chegou ao seu final garantida a

ampla defesa e o contraditório”, disse.

O senador Aécio Neves (MG), pré-candidato do PSDB à Presidência, criticou duramente o petista e disse que ele “não honra a história de um homem que foi presidente da República”. “É lamentável vermos um ex-presidente da República fazer afirmações que depõem contra o poder Judiciário”, comentou. “Essa declaração não engrandece o currículo do ex-presidente. Pela importância do cargo que ocupou, ele deveria ser ele o primeiro a zelar pelo respeito às nossas instituições”.

“A desqualificação do Supremo Tribunal Federal, pilar essencial da democracia brasileira, é um fato grave que merece o mais veemente repúdio.”

Joaquim Barbosa, presidente do STF sobre as declarações de Lula a respeito do julgamento do mensalão.

CONTINUA

29 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REPERCUSSÃO

Ministro diz que está “sofrendo” e defende petistas presos

O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, prestou ontem solidariedade aos petistas presos do caso mensalão. Diferentemente do ex-presidente Lula que afirmou, em entrevista a uma rede de televisão portuguesa, que parte dos envolvidos no mensalão não eram de sua confiança, Carvalho afirmou que pessoalmente era muito próximo de José Genoíno, José Dirceu e Delúbio Soares. Os três condenados foram os únicos que tiveram seus nomes citados pelo ministro.

“Eu respeito a opinião do [ex] presidente [Lula]. Não acho que a gente do governo federal deveria voltar a esse tema. Nós estamos sofrendo dolorosamente com os companheiros que estão presos, somos solidários, respeitamos a decisão da Justiça e não nos cabe comentar neste momento”, disse Carvalho.

SEM GRAVIDADE

Médicos da Universidade de Brasília (UnB) que examinaram o ex-deputado federal José Genoíno, condenado no mensalão, no dia 12 de abril concluíram que o quadro clínico do ex-parlamentar está “plenamente estabilizado” e não há gravidade. O laudo poderá dificultar a renovação da prisão domiciliar de Genoíno. Ele passou mal ao ser preso, em novembro, e foi mandado para casa. O petista ficou menos de uma semana no complexo penitenciário da Papuda.

29 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Collor comemora absolvição e critica presidente do STF

■ Ao subir na tribuna do Senado ontem para comemorar sua absolvição pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) criticou o presidente da corte, Joaquim Barbosa, e disse que o tribunal “reescreveu a história do país” ao inocentá-lo dos crimes que resultaram no seu impeachment da Presidência da República, em 1992.

Na semana passada, Barbosa criticou a morosidade da Justiça — o processo tramitou por 23 anos. Collor era acusado de participação em um esquema de desvio de recursos por meio de contratos da Presidência com agências de publicidade.

“Se no Brasil a Justiça como um todo padece de letargia, como ele próprio [Barbosa] reconheceu ao final de meu julgamento, o presidente da mais alta corte judicial carece de liturgia. O senhor presidente da suprema corte do país tem uma carência de liturgia para o exercício do seu cargo”, atacou Collor.

Collor disse que o país foi “passado a limpo”. “Depois de mais de duas décadas de expectativas e inquietações pelas injustiças a mim cometidas, cabe a perguntar: quem poderá me devolver tudo aquilo que perdi? A começar pelo meu mandato presidencial e compromisso público que assumi”, afirmou.

GAZETA DO POVO

**Mais pessoas
são presas e
agredidas
no campo**

O Relatório Conflitos no Campo Brasil divulgado ontem pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) revela que houve um aumento no número de pessoas presas no campo, de 99 em 2012 para 143 em 2013. O número de agredidos também saltou de 88 para 243. Segundo o estudo, chama a atenção nos dados o envolvimento das populações indígenas nos conflitos no campo. Das 1.266 ocorrências avaliadas, 205 estão relacionadas aos indígenas. Outros 154 se referem a conflitos por terra ou retomada de territórios e 11 a conflitos pela água. "Verifica-se que há alta incidência de conflitos por terra ou água em áreas em que há projetos do PAC. O modelo de desenvolvimento aplicado não preserva o direito das famílias que estão no local. Passam o trator por cima dos direitos das pessoas e das famílias que estão por lá", disse o presidente da CPT, **dom Enemésio Lazaris** (foto).

Primeiras audiências do caso da Boate Kiss são marcadas

Segundo o jornal *Zero Hora*, o juiz Ulysses Fonseca Louzada, da 1ª Vara Criminal de Santa Maria, marcou as datas das primeiras audiências do processo criminal sobre a boate Kiss para os dias 22, 23 e 30 de maio e 10 de junho. Além destas, haverá uma audiência em Alegrete. Até o momento, 111 pessoas foram ouvidas, mas na condição de vítimas e sem o compromisso de dizer a verdade. Nessas audiências, as testemunhas de acusação devem ser ouvidas antes das de defesa. São acusados de homicídio doloso e tentativa de homicídio os sócios da boate, Elissandro Spohr (Kiko) e Mauro Hoffmann, o vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos, e o produtor de palco, Luciano Bonilha Leão.

SEMINÁRIO

"Indústria do Dano Moral no Direito do Consumidor Bancário. Existe ou Não?"

- DATA: 5 e 6 de maio (às 19 h).
- REALIZAÇÃO: Comissão de Jurimetria da OAB/PR.
- LOCAL: auditório principal da OAB/PR – Rua Brasilino Moura, 253 – Ahú.
- INFORMAÇÃO: (41) 3250.5700 / www.oabpr.org.br

Coluna do leitor

Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral, como todo órgão do Poder Judiciário, atua após ser provocada. Aqui no Paraná, denúncias no site oficial são poucas. Infelizmente, ao fazermos uma denúncia, ela só é aceita se tivermos provas. Se a Justiça Eleitoral tem o poder de polícia, deveria caber a ela investigar todas as denúncias recebidas e produzir as provas necessárias. Para o eleitor, fica difícil obter provas de compra de votos, exceto se conseguir uma gravação.

Emilson Coradi

Advogado diz que a morte de Bernardo não foi planejada

Em nova versão, o advogado da assistente social Edelvânia Wirganovicz, que admitiu ter ajudado a ocultar o corpo de Bernardo Boldrini, 11 anos, afirma que a morte do garoto não foi planejada e ocorreu devido a uma superdosagem de medicamentos. Demetryus Eugênio Grápiglia, responsável pela defesa da assistente-social, afirma ter ouvido o relato em visita a Edelvânia na última sexta. Já a Polícia Civil investiga a possibilidade de que o crime tenha sido premeditado. O corpo de Bernardo foi achado numa cova rasa em um matagal em Frederico Westphalen (a 447 km de Porto Alegre). O pai dele, Leandro Boldrini, a madrasta, Graciele Ugolini, e a assistente social estão presos sob suspeita de participação no crime.

29 ABR 2014 GAZETA DO POVO

Olho vivo

CELSO NASCIMENTO

Cabide 1

Em 2011, o Conselho de Administração da Sanepar criou, numa só penada, 30 "cargos estratégicos" de livre nomeação para integrar os quadros da companhia. Os cargos, lógico, foram logo ocupados por cabos eleitorais e amigos do grupo político que, naquele ano, assumia o governo do estado – caracterizando o que, segundo o jargão mais comum aplicado a situações como esta, se dá o nome de "cabide". Um cabide que representa hoje uma despesa de quase R\$ 1 milhão por mês para o caixa da Sanepar, com pouca ou nenhuma serventia para o distinto público.

Cabide 2

Mas ontem à história começou a girar para trás: o Ministério Público Estadual emitiu uma "recomendação administrativa" para que o mesmo Conselho de Administração da Sanepar reverta o ato que criou o cabideiro. Num arrazoado de três laudas, o promotor que assina a recomendação, Felipe de Paula Soares, enumerou pelo menos cinco cláusulas constitucionais federais e estaduais e um incontável número de leis e decretos para demonstrar a ilegalidade e a imoralidade da criação dos cargos. E pediu, principalmente em nome destes dois princípios, que a Sanepar os extinga imediatamente e, por consequência, exponere seus ocupantes.

Cabide 3

O ato do Ministério Público só tem um defeito: demorou demais. Ele aconteceu quase três anos depois de o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge) ter lhe pedido a providência. A Sanepar foi notificada ontem mesmo, mas não se pronunciou.

Multa maior 1

Dois ministros do Supremo determinaram à União que liberem imediatamente os empréstimos e avais que o governo do Paraná pleiteia. Um dos ministros, Marco Aurélio Melo, vendo-se desobedecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), chegou a estipular multa de R\$ 100 mil por dia de atraso na liberação dos R\$ 817 milhões do Proinveste, fora a ameaça de prisão contra o chefe da STN, Arno Augustin.

Multa maior 2

A STN fez-se até agora de desentendida e pediu à Advocacia-Geral da União que interprete as liminares do Supremo para saber exatamente o que fazer. Enquanto isso, o dinheiro não sai. O remédio que está sendo buscado pelo estado é pedir ao Supremo que aumente o tamanho da multa diária: ontem, o procurador Sergio Botto de Lacerda peticionou o aumento da pena de multa para R\$ 500 mil por dia, sem renunciar, claro, em último caso, à possibilidade de levar Augustin para trás das grades.



Título de eleitor

Termina no dia 7 de maio o prazo de pedido de título de eleitor, transferência do título ou mudança de seção eleitoral para valer já nas eleições deste ano. Pela internet, é possível fazer o pré-atendimento do pedido de título ou mudanças no dados e agilizar a retirada ou a transferência do documento. Esse serviço deve ser feito até o dia 2 de maio. Depois disso, todo o processo deve ser feito em uma unidade da Justiça Eleitoral. O pedido de transferência deve ser feito pelo serviço

29 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Ex-diretor da Petrobras é transferido para Piraquara

Taiana Bubniak

O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa (foto) foi transferido no começo da tarde de ontem da sede da Polícia Federal (PF), no bairro Santa Cândida, em Curitiba, para o Presídio Estadual de Piraquara II, na região metropolitana. A transferência do preso foi executada a pedido do juiz Sérgio Moro, da 13.^a Vara da Justiça Federal de Curitiba.

Costa está preso preventivamente desde o mês passado por suposto envolvimento no esquema de desvio de dinheiro investigado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Ele é acusado de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

A decisão pela transferência foi tomada depois que uma carta escrita por Costa foi divulgada pela imprensa. No texto, ele dizia que havia sofrido ameaças de um agente da carceragem e que tinha sido impedido de tomar banho e fazer exercícios físicos. A petição da defesa que oficializa o pedido de transferência foi apresentada ao Judiciário ontem.

O advogado Fernando Fernandes divulgou ontem uma nova carta escrita por Costa. No trecho, o preso diz que no último fim de semana teve novas restrições e estaria correndo “risco de vida junto à PF”. Segundo a PF, foi instaurado um procedimento administrativo para investigar as denúncias.

Já a defesa reitera o pedido de transferência dele para o Rio de Janeiro, onde é domiciliado, e requer, junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a aplicação de medidas alternativas à prisão preventiva.

Embora a defesa argumente que o ex-diretor não deveria estar no Paraná e sim no Rio, onde possui residência, é provável que Costa fique no estado até a fase de interrogatórios do processo, que deve ser marcada para maio ou junho.

Nova rotina

De acordo com a assessoria da Secretaria de Justiça do Paraná, Costa está em uma ala especial do presídio, destinada a presos com ensino superior. Por ora, ele está em uma cela separada, mas essa situação é temporária: caso seja preciso, pela organização do espaço, ele terá de dividir o local com outras pessoas. Lá, Costa entra no esquema de outros presos, com refeições e banhos de sol no mesmo horário. Ele poderá receber visitas familiares uma vez por semana e dos advogados quando for solicitado.

29 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Collor diz que absolvição 'reescreve' história

Ex-senador foi absolvido de peculato e corrupção

O senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Melo (PTB-AL) disse ontem que o julgamento do Supremo Tribunal Federal que na semana passada o absolveu de acusações de peculato, corrupção e falsidade ideológica "veio reescrever a história do Brasil".

Segundo a denúncia do Ministério Público, Collor teria recebido propina de empresários do setor de publicidade em troca de benefícios em contratos. Conforme a acusação, o dinheiro era usado para pagar contas pessoais do ex-presidente, como a pensão de um filho fora do casamento.

Em pronunciamento no plenário do Senado, Collor disse ainda que a absolvição tem o "mérito" de "passar a limpo o país".

29 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

MP propõe a criação de 93 novos cargos

Está nas mãos do deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), membro da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, uma mensagem do Ministério Público do Paraná (MP) que cria 93 novos cargos. Estima-se que o impacto seria entre R\$ 7 milhões e R\$ 10 milhões no orçamento anual de R\$ 829,8 milhões do órgão.

O orçamento para 2015, porém, prevê corte de R\$ 88,8 milhões no orçamento do MP relativos a repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Com essa retirada de recursos o órgão ficaria com R\$ 740,9 milhões, o seria incompatível com a criação dos 93 novos cargos.

29 ABR 2014

BEM PARANÁ

Governo vai ao STF contra Guido Mantega

Estado acusa ministro de descumprir decisão do
Supremo ao não liberar empréstimo do Proinveste

Ivan Santos

O governo do Estado recorreu ontem novamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar liberar o empréstimo de R\$ 817 milhões do Banco do Brasil para investimentos no Paraná. Desta vez, o governo paranaense tenta responsabilizar diretamente o ministro da Fazenda, Guido Mantega, pelo bloqueio dos recursos, acusando-o de descumprir decisão do ministro do STF, Luis Barroso, que em liminar concedida no último dia 10, determinou a liberação imediata da operação de crédito. Na petição encaminhada ontem, o Estado pediu a intimação de Mantega e o estabelecimento de uma multa diária de R\$ 500 mil por descumprimento da liminar. A informação foi revelada por deputados estaduais pelo governador Beto Richa (PSDB), e confirmada por cópia da petição obtida pela reportagem do Bem Paraná no início da noite de ontem.

Na decisão do último dia 10, Barroso havia acatado os argumentos do governo paranaense ao remover a restrição imposta pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que alegava descumprimento do percentual mínimo de investimento em saúde em 2013

para não liberar o dinheiro. Com isso, a STN determinou a liberação do crédito, repassando o processo ao Ministério da Fazenda. Mantega então encaminhou o caso à Procuradoria da Fazenda Nacional. Só que ao invés de devolver o processo ao ministro para que ele assinasse a liberação, o órgão repassou o mesmo à Advocacia Geral da União (AGU). Na petição encaminhada ontem, a PGE aponta que o Estado negocia o empréstimo desde 2012 e que todos os demais estados já conseguiram os recursos, enquanto o Paraná segue com o dinheiro bloqueado, apesar de ter cumprido todos os requisitos para receber o aval da União à operação, e mesmo após reiteradas determinações da Justiça. Os procuradores lembram ainda que em 12 de fevereiro, o ministro Marco Aurélio de Mello, do STF, já havia determinado a concessão do crédito, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil contra a Secretaria do Tesouro Nacional. E aponta que a determinação foi renovada pela liminar concedida pelo ministro Barroso no início do mês.

“Em que pese o alegado único obstáculo existente ter sido removido, passados mais de quinze dias da con-

cessão da liminar, a União, até o presente momento, permanece sem consumir a prestação da garantia, negando-se, assim, a dar fiel cumprimento à decisão judicial e postulando as mesmas alegações já rechaçadas pela decisão de Vossa Excelência”, afirma o texto da petição.

Na ação, a PGE avalia ainda que manifestações recentes da Procuradoria Geral da Fazenda indicariam que “não há intenção de cumprir a ordem judicial e conceder a garantia solicitada” pelo Estado. Ampara as afirmações em comunicação do órgão na qual ele afirma que a liminar concedida por Barroso “não determina, de modo algum, que a União celebre o contrato de garantia com o Estado do Paraná”.

O governo paranaense pede, então, ao STF, que determine “à União que no prazo de 24 horas; a contar da sua intimação, formalize (...) a prestação da garantia ao contrato de empréstimo. O pedido inclui a intimação pessoal do ministro da Fazenda e a aplicação de multa diária de R\$ 500 mil e a apuração de sua responsabilidade penal”, em caso de descumprimento da decisão. Ontem mesmo, o Supremo informou já ter promovido a intimação da AGU.

29 ABR 2014

BEMPARANÁ

EM ALTA



Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) reagiram à declaração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o julgamento do mensalão teve "80% de decisão política e 20% de decisão jurídica". Para os integrantes do STF, as condenações dos envolvidos foram técnicas.

EM BAIXA



O ex-presidente do PT JOSÉ GENOINO apresenta um quadro "clínico plenamente estabilizado" e "aparente ótimo estado geral", de acordo com laudo feito por médicos da UnB (Universidade de Brasília) e divulgado ontem. Ou seja, não precisa de mordomias no tempo em que estiver preso.